

Resumo: A crise dá lugar a um imaginário do mal, onde são identificados culpados e aplicados castigos, denominados de sanções. Um estudo dos discursos da imprensa internacional permite identificar um novo tipo de colonização dos países do Sul pelos países do Norte. Nestes discursos, antevemos uma nova ordem simbólica da crise financeira. Uma ordem que dita os modos de dizer, de pensar e de agir para sair da crise. Uma ordem que se alimenta do imaginário prometeico e que pensa dominar o mal, o perigo, o imprevisto, a queda, opondo-lhe antíteses, como o bem, a segurança, a antecipação, o progresso, o crescimento, o pleno emprego. A identificação de monstros, doenças, e a projeção em metáforas da sua encarnação constitui o prelúdio de uma luta contra o mal, um mal que adota um rosto humano: os países do Sul, que viveram para além das suas possibilidades, que consumiram em vez de produzir, que gastaram em vez de poupar e que ficam submetidos ao reembolso desvantajoso de resgates ou planos de ajudas que atuam como forma de punição e de expiação.

Palavras-chave: Crise; Colonização; Preconceitos; Rumores; Dominação.

1. O mito das harmonias económicas

Um vento novo sopra sobre o mundo das finanças. Não se trata de uma ligeira brisa marítima que tempera e refresca despreocupações típica de verões tórridos. Trata-se antes de um vento tempestuoso e devastador. O milagre do Cristo que apaziguou o mar não está no ponto para se realizar de novo. Ninguém, hoje, retoma as palavras do Evangelho de S. Mateus: «Quem é esse ao qual mesmo os ventos e os mares obedecem?» (Capítulo 8: 27). Nenhum daqueles profetas que encontramos nos círculos económicos e financeiros é hoje capaz de prever o desfecho da crise que despoletou em Agosto de 2007 nos Estados Unidos e que, à semelhança de uma bola de neve, se alastrou ao planeta todo. Nenhum discípulo se atreve hoje a anunciar dias melhores. Nenhum discípulo acredita hoje no milagre de uma retomada económica sustentada. O espírito do tempo reside na falta de fé, de entusiasmo, na desconfiança generalizada: em relação aos Homens de negro da *Troïka*. Se as dúvidas quanto ao futuro são prementes é porque a crise é geral, não é apenas uma crise económica, a de uma das inúmeras bolhas que costumam explodir (ações, imobiliário, Internet, para citar as últimas), é porque o espírito que presidia à modernidade foi atingido em pleno coração. A crise para os antigos Gregos indicava um momento crítico que exigia um juízo, uma cisão, exigindo uma decisão que, por sua vez, deixava vislumbrar uma saída da crise. Hoje, pelo contrário, «a crise parece marcada do selo da indecisão, do que não pode ser decidido. O que sentimos neste nosso período de crise é que já não há nada a cindir, nada

A colonização do Sul pelo Norte. A crise financeira na imprensa internacional

Jean-Martin Rabot¹
& Mafalda da Silva Oliveira²

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho, Portugal

¹ Jean-Martin Rabot é professor auxiliar no Instituto de Ciências Sociais e Investigador no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), da Universidade do Minho. Doutorando em Sociologia, Jean-Martin Rabot tem interesses de investigação que incidem principalmente sobre a pós-modernidade e novas tecnologias.

jmrabot@ics.uminho.pt

² Mafalda Oliveira é doutoranda em Ciências da Comunicação e Investigadora no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), da Universidade do Minho, com o projeto de doutoramento intitulado “A utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação pelos idosos: Usos e gratificações” (SFRH/BD/80843/2011), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Com licenciada e mestrado em Sociologia – Especialização em Desenvolvimento e Políticas Sociais, Mafalda Oliveira tem interesses de investigação que incidem principalmente sobre a socialidade online, tecnologias de informação e comunicação e envelhecimento.

mafaldasilvoliveira@gmail.com

a decidir, pois a crise tornou-se permanente» (Revault d'Allonnes, 2012: 10). A atual crise pode ser encarada como o término da modernidade e das certezas que os seus discursos proporcionavam.

Com efeito, as grandes narrativas, correlativas de uma inalienável crença nas potencialidades da razão em guiar o mundo e a leva-lo no caminho de um progresso sem retrocesso foram repetidamente abaladas por acontecimentos do mais variado índole. Desde o terramoto de Lisboa, em 1755, que provocou uma consternação nos filósofos das Luzes, até aos campos de concentração nazis e comunistas, o progresso, a história não tem sido a caminho da realização da razão, como ainda o acreditava Hegel. A tão esperada adequação entre o racional e o real, que Hegel profetizava no seu livro *Princípios da Filosofia do Direito*, desembocou para Horkheimer no abandono da razão objetiva, em prol de uma razão subjetiva, que se esquece das finalidades últimas, enaltecendo apenas os meios. A razão desembocou no seu contrário, a não-razão, com a imposição de um critério societal último, o da racionalidade instrumental. Esta submete a produção da verdade por meio da ciência à utilidade da manipulação técnica: assim, a razão «tornou-se uma finalidade sem fim, e deste modo, pode adaptar-se a todos os fins» (Horkheimer, 1983: 99). A economia não escapou a este processo: autonomizou-se, afastando-se das bases que lhe serviam de suporte. A racionalidade do sistema económico capitalista que Weber descreve no seu livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo* cedeu o lugar ao delírio do sistema financeiro que, sendo alicerçado em operações abstractas totalmente desligadas da realidade, acaba de girar sobre si mesmo e de consagrar «as dissemelhanças que, abismais, se abrem entre o casino da Bolsa e a economia real» (Serres, 2009: 112).

As certezas económicas não escaparam ao turbilhão do acaso: mais ninguém conceberia uma filosofia como uma forma de domar a incerteza. É verdade que os progressos económicos constantes desde a segunda Guerra Mundial, com um crescimento sustentado na Europa, mas também em muitos outros países do mundo, e a intervenção de Estados providência capazes de conter as crises, à semelhança dos choques petrolíferos, deixaram-nos acreditar num crescimento exponencial e contínuo e impediram-nos de conceber a mais crua e cruel evidência da experiência histórica, a existência de acasos a que Nassim Taleb chamava de cisnes negros, estes elementos imponderáveis e incontroláveis que vêm sacudir a linearidade do tempo. Redescobrimos uma verdade de senso comum, não há ordem sem desordem, crescimento sem recessão, progresso sem retrocesso, segundo a teoria paretiana da forma ondulatória que os fenómenos sociais necessariamente revestem. A própria ideia de um crescimento contínuo é uma inépcia total, como o demonstrou soberanamente o geofísico, André Lebeau:

«Os fenómenos de crescimento exponencial possuem sempre um carácter temporário. É fácil compreender a razão disto. Consideremos um fenómeno de crescimento, caracterizado por um ritmo de 2% ao ano, o que, tratando-se do Produto Interno Bruto (PIB), caracteriza um crescimento económico moderado. Um cálculo elementar, que podemos efetuar com uma simples máquina de calcular, mostra que, mantido por um período de dois mil anos, esta taxa crescimento multiplica o PIB por $1,6 \cdot 10^{17}$ (160 milhões de bilhões). Com toda a evidência, um tal crescimento não pode ser mantido no tempo histórico. Considerado enquanto crescimento demográfico e aplicado ao conjunto da população da Terra, ou seja 6 mil milhões de humanos, este crescimento levaria, num século, a uma população de 43 mil milhões de indivíduos. Para que, neste mesmo período, o aumento da população se confinasse a um desdobramento, era necessário que o crescimento não exceda 7 milésimos por ano. Mas, se fosse mantido por dois mil anos, esta taxa de 7 milésimos multiplicaria ainda a população por um fator de um milhão. Isto significa que locuções, tais como crescimento durável ou desenvolvimento durável, são perigosamente antinómicos. Caracterizados por taxas constantes, crescimento ou desenvolvimento só podem ser transitórios» (2005: 154-155).

Ora, desde sempre, os progressos económicos foram concomitantes com a crença nas

potencialidades ilimitadas da razão que teria que espalhar os seus benefícios nas atividades humanas e nos próprios Homens. Os Homens melhoravam moralmente à medida que a sociedade melhorava materialmente. A ideia de uma adequação entre a economia e a associação, entre a abundância e a paz, o intercâmbio e a sociabilidade, o comércio e a civilidade, o liberalismo e o bem-estar, o interesse privado e o interesse público, o trabalho e a ordem, a divisão do trabalho e a colaboração, o valor e o trabalho, a utilidade e a felicidade, a propriedade e a comunidade, o egoísmo e a simpatia, o eudemonismo e a ética, era partilhada por inúmeros autores. Bastiat diz-nos que a convivência humana reside numa «mutualidade dos serviços» (1982: 191) e que o «o intercâmbio é a Economia política, é a Sociedade no seu todo» (1982: 74). Mario Vargas Llosa refere-se ao «comércio, prática civilizatória e pacificadora por excelência» (Vargas Llosa, 2003: 286). Ora, as crises vêm regularmente contradizer esta tendência para a harmonia. Weber mostrou que a economia é uma das componentes da afirmação do poder dos Estados, por mais mascarada que seja essa realidade. Uma citação da sua obra *La Bolsa* é instrutiva:

«Enquanto que as nações, apesar de viverem militarmente em paz, entram numa luta económica implacável e inevitável para a sua existência nacional e para o poder económico, a realização de postulados puramente teórico-morais ficara estreitamente limitada, já que de um ponto de vista económico o desarmamento unilateral também não é possível. Precisamente, uma bolsa poderosa não pode ser um clube para a “cultura ética” e os capitais dos grandes bancos não são mais “organizações caritativas” do que os espingardas e os canhões» (Weber, 1987: 121).

O pensador italiano Cassano, por sua vez, insistiu sobre o carácter dominador de toda a economia: se o movimento de globalização e o universalismo que este induz contribuíram para o apagamento das fronteiras, estas nunca deixarão de existir. Cassano define o negociante, como aquele que não conhece balizas e que luta pela sua abrogação, como um «violador não violento das fronteiras» (Cassano, 1998: 68). Assim, o pretenso universalismo de pensamento e de ação que o mercado pressupõe não está isento de conflitualidade: «mesmo no interior do universo móvel da corrida e da competição, existem centros e periferias, capitais e fronteiras, eleitos e danados» (*ibid.*: 71).

2. A força dos rumores, dos estereótipos e dos preconceitos

Uma leitura dos artigos que a imprensa consagrou à crise nos mais variados países permite evidenciar as clivagens reais e imaginárias que separam os povos e os países, como o comprovam os estereótipos existentes e as práticas discriminatórias de uns em relação a outros. Estes são particularmente notórios no que diz respeito a relações entre os países do Norte e os do Sul. Os artigos estudados subentendem uma relação de dominação, e mesmo uma forma de colonização do Sul pelo Norte.

Parece que na Europa unida, já ninguém quer ser o outro. Num dos seus artigos, o jornalista austríaco Wolfgang Luef, fez o levantamento de uma série de citações de responsáveis nacionais que ilustram a mútua desconfiança entre europeus e que referenciamos numa ordem diferente:

«“A França não é a Grécia.” (Christine Lagarde, diretora do Fundo Monetário Internacional, maio de 2010); “A França não é a Grécia e também não é a Itália.” (Barry Eichengreen, professor americano de Economia, agosto de 2011); “A Espanha não é a Grécia...” (Mariano Rajoy, dirigente da oposição espanhola, maio de 2010); “A Espanha não é a Grécia.” (Richard Youngs, presidente do grupo de reflexão madrilenho FRIDE, maio de 2012); “A Irlanda não é a Grécia.” (Angela Merkel, chanceler da Alemanha, novembro de 2010); “A Irlanda não é a Grécia.” (Michael Noonan, ministro irlandês das Finanças, junho de 2011); “A Irlanda não faz parte do território grego.” (Brian Lenihan, ministro irlandês das Finanças, novembro de 2010); “Portugal não é a Grécia e a Espanha não é a Grécia.” (Jean-Claude Trichet, presidente do Banco

Central Europeu, maio de 2010); “Portugal não é nem será a Grécia.” (António Saraiva, presidente da Confederação Industrial Portuguesa, fevereiro de 2012); “Portugal não é a Grécia.” (Pedro Passos Coelho, primeiro-ministro português, junho de 2012); “A Itália não é a Grécia.” (Rainer Brüderle, presidente do FDP no Bundestag, agosto de 2011); “A Itália não é a Grécia.” (Silvio Berlusconi, primeiro-ministro italiano, outubro de 2011); “A Itália não é a Grécia.” (Christian Lindner, secretário-geral do FDP, novembro de 2011); “A Áustria não é a Grécia.” (Karlheinz Kopf, presidente do grupo parlamentar do Partido Popular Austríaco, novembro de 2011); “A Hungria não é, obviamente, a Grécia.” (György Matolcsy, ministro húngaro da Economia, junho de 2010); “**A Rússia não é a Grécia.**” (Vladimir Putin, primeiro-ministro russo, março de 2010)». À falta de melhor, os Gregos encontraram também o seu ponto de comparação: «“A Grécia não é a Argentina.” (Yiannis Stournaras, ministro grego das Finanças, julho de 2012)» (Luef, 2012).

À falta de melhor, os Gregos encontraram também o seu ponto de comparação: «A Grécia não é a Argentina» (Yiannis Stournaras, Ministro das Finanças grego, em julho de 2012) (*ibid.*).

Um artigo de um jornal sueco insiste na absoluta irredutibilidade das diferenças entre europeus, deixando-nos entender que a aproximação dos países europeus em termos jurídicos, com a proliferação de tratados políticos, com a abertura das fronteiras, com a criação de uma moeda comum, não contribui para o efetivo entendimento entre os povos:

«Assim, um grego continua a ser um grego. Por outras palavras, um ladrão. Um alemão é um alemão. Portanto, um nazi e um criminoso de guerra. Um sueco é um autista marginalizado, que sabe tudo melhor que toda a gente. Sob o verniz europeu em vias de estalar, numa Europa com hino e bandeira, todas as nossas singularidades, diferenças e particularidades históricas parecem ter subsistido. E como ninguém se preocupou em analisá-las, podem retomar a forma de preconceitos no espírito das pessoas» (Swartz, 2010).

A crise originou estereótipos que marginalizam e criminalizam o outro. Parece que as bestas do apocalipse, a que se refere Gilbert Durand renascem das suas cinzas. Basta ver como as rivalidades se exprimem no espaço público, rivalidades essas de que a imprensa dá conta: as cruces gamadas nas paredes das cidades gregas, retratos de Merkel com o bigode do *Führer* e fazendo a saudação nazi. Um artigo do jornal *Süddeutsche Zeitung* insiste no irredutível antagonismo dos valores: «Os gregos são batoteiros e não merecem ajuda. Os alemães têm de pagar para salvar a Grécia da crise, porque os nazis saquearam aquele país» (Strittmatter, 2010). Os Franceses, por seu turno, emitem críticas à Alemanha, embora não tão virulentas. Acusam-na de se desenvolver à custa dos outros, nomeadamente quando lhe reprovam uma balança comercial demasiadamente favorável, devido ao bom comportamento das suas exportações, suportado por um euro sobrevalorizado. O economista francês Jean-Paul Fitoussi reprova a Berlim «uma estratégia económica de não cooperação» (*Presseurop*, 2010). O jornal francês *Libération* critica por sua vez os rumores, «no limite da criminalidade», segundo a expressão de Georges Papandréou, supostamente lançados por organizações financeiras internacionais, para destabilizar a Grécia. Assim, na sua reunião de 17 de Abril de 2011, o *Institute of International Finance*, que agrupa bancos, instituições monetárias, investidores, nomeadamente pela voz dum dos seus intervenientes, Nouriel Roubini, lança o rumor da iminência de uma reestruturação da dívida grega. Roubini deixou entender que é isso que deduz de um encontro com o ministro grego das finanças, na altura, Georges Papaconstantinou, mesmo que este tenha dito de forma repetida que a Grécia não precisaria recorrer a essa reestruturação. A agência de notícias *Dow Jones* apoderou-se da notícia para a divulgar. E a notícia será transmitida pelo conjunto da imprensa financeira. A Grécia acabou mesmo por reestruturar a sua dívida.

«Roubini quer orientar o mercado: apostar no incumprimento da Grécia não é arriscado, diz. (...) Quem beneficia do “crime”? Aqueles que têm posições contra Atenas. Trata-se, designadamente, daqueles que compraram CDS gregos (*credit default swap, swap* de risco de incumprimento) e que poderão recuperar o dinheiro investido, em caso de incumprimento. De considerar ainda aqueles que estão endividados na Grécia ou que retiraram o dinheiro do país e que têm todo o interesse em regressar ao dracma. A roda dos boatos ainda não parou de girar» (Quatremer, 2011).

Basta ler o livro de Edgar Morin sobre os boatos (*La Rumeur d'Orléans*) para reparar na sua nocividade. Factos incríveis, como o rapto de jovens criaturas nas traseiras das lojas dos judeus, no quadro de um intenso tráfico de seres humanos, tornaram-se o objeto de uma crença que se alastrou em profundidade no tecido social da sociedade francesa dos anos setenta. Recordando-nos o funcionamento do mecanismo do *complot* no seu livro *O pêndulo de Foucault*, Umberto Eco, por sua vez, relata-nos o destino da notícia falsa de uma conspiração que, pelo simples facto de se espalhar, na simples base de medos e de crenças infundados, mas partilhados, acabou por desembocar numa verdadeira conspiração.

No domínio dos estereótipos, as metáforas utilizadas para desqualificar um povo abundam. Num artigo que tenta desmistificar a hipocrisia dos países do Norte, Jürgen Kaube mostra que os acusadores que reprovam aos Gregos terem recorrido a mentiras e manipulações de dados para forçar a sua entrada no euro, foram os seus cúmplices. Nesta denúncia, reconhecemos a força constrangedora dos estereótipos:

«Todos os cretenses são mentirosos, dizia Epiménides de Creta. Na epístola de São Paulo a Tito, a parábola filosófica que evoca o ciclo infernal da lógica, faz-se ainda mais dura: “*Um deles, seu próprio profeta, disse: Os cretenses são sempre mentirosos, bestas ruins, ventres preguiçosos*”. O chamado Paradoxo de Epiménides encontra agora a sua aplicação na política. Porque todos soltam altos brados por os gregos terem mentido. Porque viviam acima dos seus meios. Porque contraíram mais dívidas do que podiam reembolsar e porque esperavam que o resto da Europa – ou mais precisamente, uma parte do resto da Europa – lhes servisse de tesoureiro. Tal como os bancos que integraram os títulos gregos nas suas carteiras, dizendo que um Estado pode certamente entrar em falência, mas não um membro da UE» (Kaube, 2010).

Um artigo do Financial Times refere-se à «irresponsabilidade dos Europeus do Sul» (Rachman, 2010). Um artigo de jornal sueco *Aftenbladet*, denuncia o desabrochar de preconceitos com a crise: «a preguiça grega face à postura marcial alemã, a corrupção dos europeus do Sul face à assiduidade dos luteranos do Norte» (Svenning, 2012). O jornal holandês NRC *Handelsblad* relata uma pergunta feita por banqueiros chineses: «“Como podemos distinguir uma nota grega em euros das alemãs?”» (Gruyter: 2012). Massimo Giannini fala da possibilidade de criação de duas moedas de euros, uma mais adaptada aos países do sul, menos rigorosos, e outra aos países do Norte, mais cumpridores: «Economistas alemães e banqueiros anglo-saxões, como Taylor Martin, teorizaram-no com toda a clareza, e arranjaram até um nome para as novas moedas: o “neuro” e o “sudo”» (Giannini, 2010).

Um escritor holandês refere-se à desonestidade e à preguiça congénita dos gregos:

«De um lado temos a Europa do Norte, mais trabalhadora, mais poupada, onde crescem pinheiros, onde a paisagem é monótona e onde os cidadãos vivem em Estados em relação aos quais se sentem responsáveis. Do outro, temos a Europa do Sul, onde se dorme a sesta, onde se começa a jantar às 22 horas, onde nos cruzamos com touros nas ruas e onde trocar das autoridades é uma espécie de desporto nacional. Devido às regras definidas pelas elites, nós, europeus do Norte, deveríamos carregar o fardo da dívida dos europeus do Sul. O problema é que não me sinto minimamente solidário com os gregos ou com os espanhóis. Gosto

muito dos gregos e dos espanhóis que conheço, mas não me sinto minimamente obrigado a resolver os seus problemas financeiros» (Winter: 2010).

Num artigo do semanário *Der Spiegel*, podemos ler que «a fórmula *Greek statistics* tornou-se uma expressão corrente. Designa a manipulação política, a contabilidade fantasista, o desastre grego...» (Steinvorth, 2010).

De uma forma geral, os países do Norte reprovam aos do Sul de viverem para além das suas possibilidades, de terem privilegiado o consumo sobre a produção, o lazer sobre o trabalho, o setor terciário sobre o sector industrial, o sector público sobre o privado. Reprovam-lhes de se terem expandido à custa de endividamentos privados e públicos, de créditos que nunca mais conseguiriam reembolsar. Essa reprovação adota nitidamente contornos religiosos, messiânicos e apocalícticos. Os termos religiosos são particularmente eficientes para estabelecer linhas de fraturas entre os bons e os maus, os virtuosos e os pecadores, os eleitos e os danados. E eficientes também para estabelecer castigos. Nós sabemos que a austeridade é tida por muitos como forma de castigar os laxistas em matéria de controlo orçamental. Na tradição judaico-cristã, a noção de dívida é associada à de culpa moral. Dentro desta tradição, o protestantismo, sobretudo na sua vertente calvinista, veio ainda acentuar o sentimento de culpa moral para quem se endivida. Assim, a moral acaba por sobrepujar a economia, tanto no que diz respeito ao diagnóstico da crise, como à prescrição da receita para a cura. Diz-nos Paul Krugman que «o problema de enfrentar esta crise costuma ser formulado em termos morais: os países têm problemas na medida em que pecaram e agora têm que se redimir através do sofrimento» (Krugman, 2012). Este aspeto tem sido destacado também pelo jornalista italiano Massimo Franco :

«Talvez não saibam que na Europa do Norte muita gente pensa que o *spread*, o diferencial entre a taxa de empréstimo dos países “virtuosos” e dos que estão em maus lençóis, é o resultado de um pecado católico. Na Alemanha, o termo *Schuld* significa “dívida”, mas também “culpa”. Esta nuance semântica deixa transparecer profundas diferenças culturais e deixa que se compreenda melhor a desconfiança – ou preconceito – de certas nações da Europa do Norte em relação aos países considerados membros de um indolente “*Club Med*”» (Franco, 2010).

E é em termos de pecadores que os países do Norte encaram os países do Sul:

«Os países menos “virtuosos” pagariam os seus “pecados” com pesadas despesas suplementares. Com efeito, em matéria da relação défice/PIB, é também a Europa do Norte a mais saudável, enquanto Portugal está no grupo da cauda, com a Grécia, a Espanha e a Irlanda, os desgraçados “porcos” do acrónimo PIGS, um tanto racista, criado pelos analistas financeiros anglo-saxões» (Rampoldi, 2010).

3. Uma nova lógica de dominação

A dominação económica representa uma forma de neocolonialismo suave e temperado, que os países do norte exercem sobre os países do Sul, no seio da própria União Europeia.

Sabendo-se que a economia goza, hoje em dia, de uma primazia em termos de legitimidade científica, que lhe é concedida pelo seu aspeto quantitativo (fórmulas, cálculos, equações, estatísticas, etc.), ninguém é capaz de contestar os seus métodos, nem as suas receitas. Um jornal alemão reconhece que os Estados europeus são interdependentes e que os países do Norte só poderão prosperar com uma política de cooperação com os países do Sul e não ao esfomear os seus povos, como forma de castigo ou de retaliação.

«É esta a perspectiva de uma Europa unida? A pátria da cultura e da democracia ocidentais transformada num protetorado de Bruxelas – sem esperança de melhoras!? (...) A economia alemã prospera apenas porque as nossas empresas fazem negócios à custa dos países mais fracos. Mas, no futuro, quem irá poder comprar produtos alemães? Será que não precisamos dos Estados em crise, só porque nos custam dinheiro? Quem pensa assim está enganado: não é a Grécia que mais beneficia dos programas de salvamento do euro: é a Alemanha. (...) Não, não pode ser essa a Europa em que queremos viver. Uma Europa onde os bancos e os fundos especulativos decretam quais os países que devem ou não sobreviver» (Greven, 2012).

Levantar a questão da colonização do Sul pelo Norte, quando se sabe que este o financia, sob a forma de resgates que evitam a bancarrota aos países que o integram, pode parecer estranho. Falar de colonialismo numa era pós-colonial pode não ter sentido. Falar de colonialismo quando a construção europeia se faz, não só económica, mas também política, jurídica e culturalmente pode ser anacrónico. No entanto, seria talvez útil referirmo-nos ao pensamento de Stuart Hall: «Sempre soubemos que o desmantelamento do paradigma colonial libertaria estanhos demónios das profundezas, e que estes monstros trariam à superfície todo o tipo de materiais subterrâneos» (Hall, 2007: 288). Quais são estes materiais aos quais se refere o eminente representante dos Estudos Culturais? No assunto que nos diz respeito, uma nova forma de dominação, assente em súteis mecanismos económicos: «impor à maioria dos mais pobres os interesses da minoria dos mais ricos, que coincide muitas vezes com os de uma única nação, que nada, na história moderna, permite considerar exemplar» (Agamben, 2013).

Antes do desabrochar da crise que atingiu os países do Sul da Europa, a partir de 2008 - que não é, contrariamente ao que afirmam os seus políticos, uma crise do endividamento estatal e dos desequilíbrios orçamentais, mas uma crise dos *subprimes*, do crédito hipotecário imobiliário e de consumo, que levou bancos pouco cautelosos e governantes coniventes com os bancários a conceder empréstimos baratos, mas arriscados, à famílias e à empresas em situação de quase falência ou insolvência - os alemães souberam escoar para esses países a sua impressionante e aliciante frota de automóveis de alta gama e de luxo. Desde que a crise se manifestou de forma aberta nos países do Sul, os alemães souberam tirar proveito da existência na Europa de uma vasta zona de intercâmbios livres para estimular as suas exportações, na base de um euro forte que favorece os países com altos indícios de produtividade e de competitividade. E desde que alguns países foram resgatados, os credores, entre os quais os alemães, tiraram proveito de juros altamente rentáveis. Mais, puseram-se a especular sobre as dívidas dos países em dificuldade.

É verdade que os alemães não podem ser culpados pela apetência ao luxo dos cidadãos dos países do Sul. Recordemos a esse propósito a etimologia da palavra luxo, que remete para a inutilidade, a despesa inútil, e a sua analogia com as palavras de luxação, um membro que se torna inútil, e de luxúria, o sexo inútil, virado para o hedonismo e não para a mera reprodução. É verdade também que os alemães souberam conter as despesas, impor rigor na política orçamental e reformar o mercado do trabalho, enquanto, que os Gregos, Italianos, Espanhóis e Portugueses cresceram na base da despesa, privada e pública, que os empréstimos outorgavam. Mas é verdade também que a exigência de sacrifícios e a imposição de medidas de austeridade, principalmente no domínio estatal, com cortes acentuados no domínio da saúde e da educação, permitiram resgatar bancos e satisfazer inúmeros interesses privados. Neste contexto, uma pergunta proveniente do público que participou na apresentação, em Portugal, de um livro do escritor alemão Ingo Schulze mostra-se pertinente, apesar, ou talvez por causa da sua impertinência: «será que não tínhamos a sensação, quer dizer, será que eu, enquanto alemão, não tinha a sensação de concretizar com o euro o que não tínhamos conseguido concretizar outrora com os nossos *panzers* (tanques)?» (Schulze, 2012). No fundo, a dominação colonial do Norte não é mais do que a imposição unidimensional, a todos os países e todas as esferas de atividade, de uma razão liberal, que Moisés Martins refere seguinte maneira:

«É a razão liberal que reina agora todo-poderosa. A razão liberal, aquilo a que Lyotard chamou simplesmente “o sistema”. E o sistema, até há bem pouco tempo (até à queda da bolsa em Wall Street, em 2008), se não permitia a paz, garantia a segurança; se não prometia o progresso, garantia o crescimento. Por que meios? Sem dúvida, pelo mercado e pela competição. O sistema não tinha outros. Como continua a não ter, mesmo que hoje já não tenha sequer condições para garantir a segurança, e menos ainda para garantir o crescimento» (Martins, 2013: 69).

Ao colonizar o Sul, ao ostraciza-lo, na base de rumores, de preconceitos, de políticas de dominação, no sentido weberiano da palavra, os países do Norte esqueceram-se de que a Europa é constituída por um conjunto de entidades diferentes, díspares, e que não existe unidade sem o reconhecimento das diferenças e das disparidades. Que seria de uma europa amputada do *Mare Nostrum*, da sua componente mediterrânica. Seria o fim do sonho europeu, ou seja, o fim da Europa. E é esse sonho de que padecem os países do Norte, como o mostrou Eduardo Lourenço: «Quem sonha com a Europa é a pequena ou a marginal – e marginalizada – Europa do Sul e de Leste. A nórdica é como se pertencesse a um continente de sonhos gelados há muito» (Lourenço: 2012).

Referências Bibliográficas

Agamben, G. «Un “Empire latin” contre l’hyperpuissance allemande». Paris: *Libération*. [Url: <http://www.presseurop.eu/fr/content/article/3592571-un-empire-latin-contre-l-hyperpuissance-allemande>, acedido em 26/03/2013].

Bastiat, F. (1982). *Harmonies économiques*. Genève, Paris: Slatkine.

Cassano, F. (1998). *La pensée méridienne*. La Tour-d’Aigues: Éditions de l’Aube.

Franco, M. «Une nouvelle guerre de religion». Milan: *Corriere della Sera*. [Url: <http://www.presseurop.eu/fr/content/article/2652841-une-nouvelle-guerre-de-religion>, acedido em 07/09/2012].

Giannini, M.. «Poker menteur sur l’euro». Rome : *La Repubblica*. [Url: <http://www.presseurop.eu/fr/content/article/241491-poker-menteur-sur-l-euro>, acedido em 28/04/2010].

Greven, L. «Crise grecque : La thérapie mortelle de Bruxelles». Hambourg: *Die Zeit*. [Url: <http://www.presseurop.eu/fr/content/article/1513531-la-therapie-mortelle-de-bruxelles>, acedido em 15/02/2012].

Gruyter, C. «Les banques pourraient faire sauter l’euro». Amesterdam: *NRC Handelsblad*. [Url: <http://www.presseurop.eu/fr/content/article/1969191-les-banques-pourraient-faire-sauter-l-euro>, acedido em 14/05/2012].

Hall, S. (2007). *Identités et cultures. Politiques des Cultural Studies*. Paris: Éditions Amsterdam.

Horkheimer, M. & Adorno, T. (1983). *La dialectique de la raison. Fragments philosophiques*. Paris: Gallimard.

Kaube, J. «Nous sommes tous des hypocrites». Francfort: *Frankfurter Allgemeine Zeitung*. [Url: <http://www.presseurop.eu/fr/content/article/241741-nous-sommes-tous-des-hypocrites>, acedido em 29/04/2010].

Krugman, P. (29/04/2012). «Eurodämmerung: el crepúsculo del euro». Madrid: *El país*. [Url: http://economia.elpais.com/economia/2012/04/27/actualidad/1335547220_456230.html].

Lebeau, A. (2005). *L’engrenage technique. Essai sur une menace planétaire*. Paris: Gallimard.

Llosa, M. (2003), “A Cultura e a Nova Ordem Internacional” in AA. VV., *Globalização: Ciência, Cultura e Religiões*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 285-302.

Lourenço, E. “Quo vadis, Europa?”, Lisboa: *Público*. [Url: <http://www.presseurop.eu/pt/content/article/2458001-quo-vadis-europa>, acessado em 02/08/2012].

Luef, W. “Ce qui doit être dit”. Munich: *Süddeutsche Zeitung*. [Url: <http://www.presseurop.eu/fr/content/article/2415681-ce-qui-doit-etre-dit>, acessado em 26/07/2012].

Martins, M. (2013). “Interview with Moisés de Lemos Martins” in Pinto-Coelho, Z. & Carvalho, A. (Eds.) (2013), *Academics Responding to Discourses of Crisis in Higher Education and Research*. Braga: CECS, Universidade do Minho, pp. 61 -72.

Presseurop “Le modèle allemand en accusation” in *Presseurop* [Url: <http://www.presseurop.eu/fr/content/article/210911-le-modele-allemand-en-accusation>, acessado em 16/03/2010].

Quatremer, J. “Grèce, une cible facile pour les rumeurs”. Paris: *Libération*. [Url: <http://www.presseurop.eu/fr/content/article/642841-une-cible-facile-pour-les-rumeurs>, acessado em 09/05/2011].

Rachman, G. “L’Europe n’est pas prête pour l’austérité”. Londres: *Financial Times*. [Url: <http://www.presseurop.eu/fr/content/article/249751-l-europe-n-est-pas-prete-pour-l-austerite>, acessado em 11/05/2010].

Rampoldi, G. «Portugal: Chi va piano va sano, mais pas très lontano». Rome: *La Repubblica*. [Url: <http://www.presseurop.eu/fr/content/article/190581-chi-va-piano-va-sano-mais-pas-tres-lontano>, acessado em 25/02/2010].

Revault D’Allones, M. (2012). *La crise sans fin. Essai sur l’expérience moderne du temps*. Paris: Seuil.

Schulze, I. “Dix idées pour sortir de l’absurdité”. Munique: *Süddeutsche Zeitung*. [Url: <http://www.presseurop.eu/fr/content/article/1452051-dix-idees-pour-sortir-de-l-absurdite>, acessado em 27/01/2012].

Serres, M. (2012). *Temps des crises*. Paris: Éditions Le Pommier.

Steinvorth, D. “Grèce: Traquer les fraudeurs jusque dans leur piscine”. Hambourg: *Der Spiegel*. [Url: <http://www.presseurop.eu/fr/content/article/307531-traquer-les-fraudeurs-jusque-dans-leur-piscine>, acessado em 04/08/2010].

Strittmatter, “Grèce-Allemagne: La guerre des clichés fait fureur”. Munich: *Süddeutsche Zeitung*. [Url: <http://www.presseurop.eu/fr/content/article/200731-la-guerre-des-cliches-fait-fureur>, acessado em 01/03/2010].

Svenning, O. “Une victoire de Margaret Thatcher”. Stockholm: *Aftonbladet*. [Url: <http://www.presseurop.eu/fr/content/article/1611531-une-victoire-de-margaret-thatcher>, acessado em 12/03/2012].

Swartz, R. “Les préjugés, eux, prospèrent”. Stockholm: *Dagens Nyheter*. [Url: <http://www.presseurop.eu/fr/content/article/260291-les-prejuges-eux-prosperent>, acessado em 27/05/2010].

Weber, M. (1987). *La bolsa. Introducción al sistema bursatil*, Barcelona: Editorial Ariel.

Winter, L. “Queremos a CEE de volta!». Hambourg: *Der Spiegel*. [Url: <http://www.presseurop.eu/pt/content/article/259151-queremos-cee-de-volta>, acessado em 25/05/2010].